

Carta do Jubileu Sul e da Rede Brasil ao diretor do FMI no Brasil, sobre o Haiti

Sr. Paulo Nogueira Batista Junior,

Diretor Executivo do FMI

22 de Janeiro de 2010,

As organizações brasileiras que assinam esta carta solicitam mais informações e detalhes sobre o novo empréstimo que o FMI aprovou para o Haiti em função do recente terremoto que devastou este tão sofrido e explorado país caribenho.

Junto com outras organizações do próprio Haiti e de outros países da América Latina, integramos a Campanha de Solidariedade com o Povo Haitiano, e um dos nossos eixos de análise é justamente a situação da dívida externa. O impacto do endividamento público sobre a economia haitiana é brutal e histórico. Anualmente, este país caribenho compromete US\$ 50 milhões para pagar apenas o serviço de uma dívida externa ilegítima que teve origem por causa da sua independência e cujo valor atual alcança aproximadamente um quarto do seu produto interno bruto. Durante mais de dois séculos, o Haiti pagou caro pela ousadia de ter se tornado não apenas o primeiro país independente da América Latina, mas também o primeiro país livre do mundo comandado por uma população de negros, realizando para isso um esforço que significou a ruína da economia deste país, que já foi o maior exportador mundial de açúcar.

Ao longo das últimas décadas, e por imposição de organismos internacionais, como o próprio FMI, o Haiti abriu suas fronteiras para produtos subsidiados pelos países do Norte e se converteu em importador de alimentos, em um processo de destruição da economia local, que gerou um grande contingente de desempregados, e assim, mão de obra barata e sem direitos trabalhistas, beneficiando as multinacionais que ali se instalaram com o objetivo de exportar produtos para os Estados Unidos. Com efeito, e mesmo considerando que o Haiti tenha sido enquadrado em mais de uma oportunidade no programa HIPC (países pobres altamente endividados), o peso do pagamento da dívida externa no orçamento público de um país sem soberania e com uma economia destrocada ainda representa um importante obstáculo para que as autoridades locais tenham meios de garantir à sua população uma infraestrutura básica e políticas sociais redistributivas que contribuam efetivamente para a redução dos alarmantes índices de pobreza. Infelizmente, e a despeito das denúncias sistemáticas que têm sido feitas por diferentes grupos políticos haitianos, inconformados com a situação atravessada pelo país desde a ocupação militar da ONU liderada pelo Brasil, foi preciso uma tragédia dessa dimensão para mostrar ao mundo que toda a chamada “ajuda humanitária” levada ao Haiti não permite que o Estado haitiano possa cuidar da sua população quando ela mais precisa. Dessa forma, nos preocupa o anúncio de que o Haiti receberá um novo empréstimo do FMI.

Em recente declaração a imprensa[\[1\]](#), o diretor chefe do FMI, Sr. Dominique Strauss-Kahn, afirmou que o FMI está trabalhando para que toda a dívida externa do Haiti seja imediatamente cancelada. No entanto, na mesma nota, revelou que o próprio FMI não tem condições de aprovar uma doação para o Haiti, mas sim um novo empréstimo, mesmo que sem juros e com longo período para o pagamento. Diante disso, e do longo

histórico de fracassos da “ajuda internacional” ao Haiti, entendemos que o FMI deve vir a público para esclarecer as seguintes questões:

1. Qual ou quais são as razões que impedem o FMI de doar recursos ao Haiti, ao invés de se dispor a somente emprestá-los;
2. Qual ou quais exatamente serão os objetivos do empréstimo?
3. Haverá condicionais no empréstimo? Em caso afirmativo, quais serão?
4. Que esforço o FMI está fazendo para garantir reparações pelos danos causados por políticas impostas através dos seus empréstimos e medidas de cancelamento da dívida?

O Haiti não pode arcar com mais dívidas e por isso um novo empréstimo tem um potencial impacto negativo. Por uma questão de justiça, a obrigação da comunidade internacional agora é cancelar a dívida do Haiti, de modo que exigimos saber como e quando o FMI está trabalhando para viabilizar este cancelamento e para garantir que este novo empréstimo não represente no futuro mais um obstáculo para que o Estado haitiano possa ter os meios suficientes de atender à sua população de uma maneira digna e eficiente sempre e quando for necessário.

Atenciosamente,

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

Rede Jubileu Sul Brasil